

## Literatura

# Viagem "No Reino dos Falsos Avestruzes"

Francisco Vale

A insólita viagem de João Martins Pereira «No Reino dos Falsos Avestruzes» poderia, em aspectos vários, ser considerada uma actualização de «Pensar Portugal Hoje». Mas o último livro de Martins Pereira contém uma clarificação das suas perspectivas metodológicas e uma inflexão das suas posições políticas.

«Para cada uma das palavras», «Capitalismo, Democracia, Paz», e «muitas outras, as definições são variáveis conforme a ideologia, ou seja a tal visão crítica do mundo que elaborámos a partir da nossa própria vida e experiência.

Com uma tal afirmação, João Martins Pereira situa, de imediato, a perspectiva em que se coloca aos analisar os estranhos avestruzes que, em sua opinião, povom os animados desertos da política portuguesa.

O raciocínio implícito é o de que qualquer análise política está necessariamente comprometida, quer dizer, ligada ao ponto de vista de uma classe ou grupo social. O autor considera, naturalmente, que a sua «visão crítica» de esquerda lhe permite uma aproximação relativamente maior à verdade objectiva dos fenómenos sociais do que a «visão de direita», cujos mitos procura desmontar. Martins Pereira coloca-se, assim, em diversa posição da adoptada por Joaquim Aguiar em «A Ilusão do Poder», onde a teoria das «múltiplas perspecti-

vas» de Mannheim é revisitada através das contribuições recentes da sociologia funcionalista anglo-saxónica.

### A transparência

Mas o autor de «Pensar Portugal Hoje» retira — a partir da noção de que a esquerda não necessita de ocultar o conteúdo histórico da sua luta e de por isso a sua ideologia tem possibilidade objectiva de ser transparente como o afirmaram Gramsci e Lukács — ilações que significam uma subestimação da importância que para a esquerda tem a memória do seu passado e a complexidade da sua relação com o presente. **Pela nossa parte, trata-se de olharmos, o que nos rodeia com a 'candura' e limpidez de quem olha tudo pela primeira vez (embora tudo o que está para trás dê força e confiança a esse olhar).**

E todo o livro reafirma um desejo de «transparência» num processo que tem certamente a ver com a náusea causada no

autor pela vida política portuguesa: «Uma mitologia de esquerda, sendo, esta por exigência, o universo da transparência, só poderá ser a mitologia da boa fé no sentido sartreano — o que não tem sido e daí talvez o seu descrédito.

Partindo de uma simplificada perspectiva de esquerda, subestimando a continuidade da teoria e a sua contraditória relação com a realidade o autor de «No Reino dos Falsos Avestruzes» encaminha-se para uma concepção de esquerda abstracta e só quase ética.

Martins Pereira vai, sob a diversa influência de Sartre e Weber, considerar a esquerda como um projecto e um sistema de ideias com critérios estruturantes semelhantes à «ideia-ideal (um pouco à maneira dos tipos ideais de Max Weber) a enquanto prática política concreta».

Propõe assim uma teoria de esquerda duplamente desvinculada da realidade social (desligada enquanto futuro e enquanto ideal) que corre o risco de ser um encontro, na penumbra, do sujeito com o objecto. O que parecia ser a proposta de um período em que a esquerda privilegia a reflexão, transforma-se numa abstracção da esquerda apenas como futuro concebida.

Nesta visão de Martins Pereira é visível a «socialização» do

temas existenciais de um Sartre que afirmava que «a esquerda morreu porque os princípios que utilizava nunca foram claramente expressos nem no papel nem nos espíritos» e que «a acção do homem é transcendente», e «coloca o seu fim, a sua realização, no futuro».

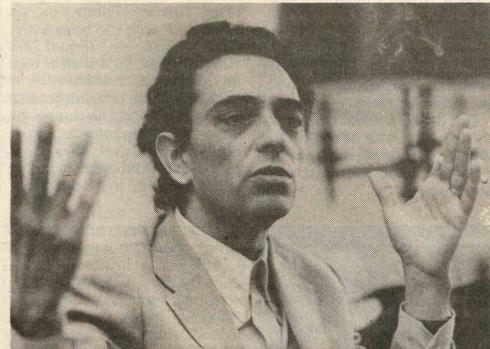
Este percurso pode parecer estranho, num homem que em Julho de 1975 se demitiu do IV Governo Provisório por considerar não existir um poder apostado na «criatividade das massas», que esteve individualmente ligado à FUP na sua fase inicial e, em 1976, escreveu «O Socialismo, a Transição e o Caso Português». Mas tal evolução deve ser vista à luz da sua afirmação/desejo de que «1974

partidário a base da «democracia», estudando-a em relação com eleitores que ocupam um dado lugar na geografia eleitoral, mas nunca nas classes ou grupos sociais (é essa uma das «vantagens» das teorias funcionais).

Em contraste, Martins Pereira considera que todos os partidos estão a mais, retomando a afirmação de Sartre de que «o partido é a morte da esquerda». Em «A Ilusão do Poder» a política é reduzida ao jogo dos aparelhos. «No Reino dos Falsos Avestruzes» a uma concepção socializante.

### Portugal no divã

João Martins Pereira diz que



João Martins Pereira  
Um olhar original e angustiado sobre a política

tenha sido um primeiro passo do socialismo» como «1820 o terá sido do republicanismo».

### Onde está a esquerda?

Mas o que parecia a promessa de um longo exílio da esquerda no mundo das ideias sofre um súbito e contraditório desmentido.

Para João Martins Pereira a «Esquerda estava» e «continuará a estar» nos «activistas locais que, partindo de necessidades colectivas do seu 'pequeno mundo', se mobilizavam e mobilizavam os outros para lhes dar resposta jogando nisto afectividade, energia e inteligência, independentemente de quaisquer orientações partidárias».

A esquerda deixa de ser um «sistema de ideias» em que o critério estruturante de «emancipação» desempenha um papel análogo ao de «solidariedade» em Sartre. Torna-se o quase espontâneo resultado desse contacto imediato com as «necessidades colectivas».

A «ideia de esquerda» surgiria da acção dos intelectuais que iriam «juntando todos esses cordelinhos», introduzindo todas essas acções «locais no debate de ideias», confrontando estas «não apenas com a sua vida e experiência mas com a vida e experiência daqueles sem os quais um projecto de esquerda não tem sentido».

Não é aqui altura de sublinhar a importância e criticar os limites de uma tal perspectiva que pensa ser possível abstrair da influência política dos partidos existentes e ignorar a autonomia da instância teórica.

De qualquer modo, o próprio Martins Pereira reconhece a existência de dificuldades no «retorno das ideias» elaboradas «pelos intelectuais aos que estiveram na sua origem», como resultado da «institucionalização de toda a vida política e cultural», mais precisamente da sua «partidarização ou eleitoralização».

«No Reino dos Falsos Avestruzes» exprime, deste modo, uma concepção sobre política oposta à expressa por Joaquim Aguiar. Em «A Ilusão do Poder» este considera o sistema

o «aflige ver a sociedade portuguesa estirada num divã». E várias das suas afirmações podem ser consideradas uma saudável reacção contra a psicanalização da análise política em Portugal influenciada por correntes francesas.

Mas a sua argumentação fragiliza-se quando contesta a utilidade do recurso a conceitos oriundos da psicanálise para desvendar os grandes mitos históricos da sociedade portuguesa, como o fez Eduardo Lourenço em «O Labirinto da Saudade».

Martins Pereira considera que o facto de a esquerda exprimir os interesses individuais e colectivos coincidentes com as tendências de desenvolvimento da sociedade, lhe permite escapar à acção negativa dos factores psíquicos que obscurecem o conhecimento da realidade social.

Não se limita, porém, a considerar inútil a psicanálise dos mitos. Exprime igualmente a convicção de que se trata de um empreendimento de legitimidade duvidosa. A «razão principal» dessa rejeição da «ideia de psicanálise a sociedade portuguesa» é o facto de esta não ser «uma entidade personalizável» porque os «seus percursos históricos são apenas resultantes (como um paralelogramo de forças) de múltiplas interações e relações de dominação/submissão entre os seus componentes».

É isso que o faz considerar inteligente mas arriscada a «psicanálise mítica do destino português» empreendida por Eduardo Lourenço com o objectivo de contribuir para «um exame sem compências que nos devolva ao nosso ser profundo».

É certo que vários aspectos de «O Labirinto da Saudade» são contestáveis. Eduardo Lourenço trata os mitos da literatura portuguesa como mitos do povo português — o que nem sempre se verifica. É isso que o leva a espantar-se com o facto de a derrocada do mito do Império não ter provocado uma convulsão à escala nacional (esquecendo que o povo apenas conheceu as colónias como ex-

tensão útil ou dolorosa do continente e nunca como Império).

Mas a rejeição de Martins Pereira é de princípio e resultando da redução da dimensão do inconsciente ao individual, que tornaria a psicanálise inadequada para analisar as sociedades de «múltiplas interacções».

Orá (abstraindo já de Jung) o próprio Freud reconhecia em «Moisés e o Monoteísmo» que «o conteúdo do inconsciente de qualquer modo colectivo». E os seus esforços para articular psicanálise e história surgiram da constatação empírica de ver aparecer nos sonhos e nos sintomas neuróticos temas essencialmente idênticos aos temas ritualísticos e míticos detectados na evolução religiosa da humanidade.

Várias e contraditórias foram as tentativas entretanto ocorridas de combinar Marx e Freud. Mas o que parece adquirido é que o recurso a instrumentos da psicanálise para a elucidação dos mitos permite melhor compreender os ocultos desejos de uma sociedade. De resto, uma parte dos «mitos» recentes analisados («No Reino dos Falsos Avestruzes» são compreensíveis e adquirem estatuto mítico se integrados nos «mitos maiores» psicanalisados no «Labirinto da Saudade». É o caso da «adesão à CEE» ou do «Grande Empréstimo», que só passam de mistificações a mitificações enquanto momentos de «esperar de um eterno lá-fora ou já-fora a solução».

### O «eanismo» como mito

João Martins Pereira considera que é na «ordem burguesa liberal» e «democrática» que a carga mítica do discurso político e cultural desempenha uma função primordial.

Em Portugal as «mitologias tradicionais das burguesias europeias» seriam contudo subdeterminadas pelos fantasmas e traumas de um passado recente, o período revolucionário de 74 e 75. Assim se explicaria a criação de mitos conjunturais e facilmente decifráveis e a construção de um universo mitológico «frágil na sua ligação com a própria realidade social como desintegrada de uma ideologia convicta e historicamente assumida».

Martins Pereira procede — e é esta a parte mais interessante do livro — a uma desmontagem dos mitos-suporte da «iniciativa privada» e da «libertação da sociedade civil» enquanto mitos «antigonçalvistas». O mesmo se poderia dizer da sua análise dos «mitos de salvação». O «mito da CEE» é desmontado com recurso à experiência concreta de João Martins Pereira (engenheiro numa empresa de projectos) e estudado na sua evolução. O «mito do eanismo» é analisado não como uma versão actualizada do sebastianismo, mas como o resultado de uma situação de crise e ameaça de desagregação (considerando, com recurso às análises gramscianas do cesarismo, que o que está em causa é a substituição de um aparelho político por outro reunido em torno de «uma figura carismática»).

No «Reino dos Falsos Avestruzes» integra ainda uma análise dos «intelectuais orgânicos» de direita, de Vasco Pulido Valente a António José Saraiva. Mas ao denunciar os «complexos de esquerda dos intelectuais de direita», Martins Pereira incorre numa psicanalização evidente (esses «complexos» parecem resultar da própria crise ideológica da direita).

Esta é, de resto, apenas uma das fecundas contradições de um livro angustiado que propõe uma «esquerda não sofradora».

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS



INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO

Palácio do Marquês de Pombal - 2780 OEIRAS

## DEPARTAMENTO DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA CURSO SOBRE A POLÍTICA DE TRANSPORTES NA CEE E A ADESAO DE PORTUGAL

1. DURAÇÃO: 44 horas
2. DATAS: 6 a 30 Junho
3. DESTINATÁRIOS: Dirigentes e quadros técnicos do sector público, administrativo e empresarial do Estado.
4. PROGRAMA:
  - (1) Introdução (a génese da integração europeia, as instituições comunitárias, o direito comunitário);
  - (2) Aspectos Gerais da Política Comunitária de Transportes (Objectivos dos Tratados; órgãos competentes; evolução da Pol. Com. de Transp.; acesso e organização do mercado de Transp.; harmonização de disposições de material social; o tacógrafo; relações financeiras Estado-Empresas, obrigações de serviço público; as ajudas do Estado);
  - (3) As Políticas Comunitárias e os Transportes (o direito de estabelecimento e a livre prestação de serviços; a concorrência e os transportes; a política fiscal; a política regional, os inst. financeiros e os transportes).
5. PARTICIPAÇÃO:
 

Albrecht Frohnmeyer (CEE), Arlindo Correia, Carlos Perdigão, Gonçalo Meireles, José Morgado, Madureira Pires, Moitinho de Almeida, Pitta e Cunha, Raquel Ferreira, Santos Cardoso, Stefan Tobish.
6. PRAZO DE INSCRIÇÃO: Até 25 de Maio (Inscrições limitadas)

INFORMAÇÕES mais pormenorizadas poderão ser obtidas junto do Secretariado do INA, directamente no Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras, ou pelos telefones 2432317 ou 2432433.